

Contra-história: o biopoder e o discurso racista**Cleide Vitoria Pereira Balbino****Orientador: Prof. Dr. Luiz de Camargo Pires Neto****Resumo**

Os cursos que eram ministrados por Michel Foucault no College de France, focaram em temas atuais de sua época, sendo assim, no ano de 1975-1976, no curso *em defesa da sociedade*, o filósofo tratou de temas como: governos totalitários, guerra e racismo. Tratou de introduzir diversos conceitos criados por ele, todavia o presente artigo decidiu destacar: biopoder, discurso de raças, discurso racista e contra-história; analisando como o racismo não só é uma tecnologia de poder mas também o fio condutor do biopoder e de contra-histórias, sejam elas de cunho revolucionário ou conservador.

Palavras-chave: Foucault, Racismo, Contra-história, discurso das raças.

INTRODUÇÃO

No ano de 1975, no College de France, Foucault iniciou um curso chamado *em defesa da sociedade*, que abordou temas como o racismo, a guerra, a contra-história e a biopolítica. O texto a seguir tem como base dois dias específicos: a aula do dia 28 de janeiro e a do dia 17 de janeiro, ambas dadas no ano de 1976. No primeiro dia, ele busca demonstrar como surgiu o conceito de discurso racista e de contra-história. No segundo, última aula do curso, ele já havia argumentado por todo o ano os conceitos de: discurso racista, racismo de Estado, guerra, raça, nazismo e soberania, então ele busca finalizar mostrando uma nova forma pela qual o poder se exerce, a qual ele chama de biopoder.

Em ambos os dias o racismo é abordado e demonstrado como tecnologia de poder, é isto que este texto busca demonstrar, a relação entre a contra história e o discurso racista, como eles se inserem em um Estado e ajudam a reger um regime baseado no biopoder.

O que eu busco demonstrar no decorrer do meu texto é como o racismo é um fio condutor de um Estado que busca ser soberano, e como isso é essencial para se compreender o pensamento foucaultiano de contra-história e discurso racista. Cabe mencionar que também relaciono com o biopoder, que me parece inseparável do discurso racista, pois ambos são exercidos em conjunto a fim de se ter um poder soberano sobre uma sociedade.

Os dois pólos do discurso histórico: O da luta das raças e o jupiteriano.

Na aula de 28 de janeiro de 1976, no *College de France*, Foucault introduz o conceito de um discurso histórico moderno, que coloca em oposição o que ele chama de *história jupiteriana* ao discurso da *guerra de raças*. De acordo com Castro, a primeira: “tal como a praticavam os romanos e também a Idade Média, era concebida como um ritual de fortalecimento da soberania” (CASTRO, 2004, P. 23). Já a segunda, surge como uma contra-história à primeira, pois ela não é mais um discurso de uma raça só, mas sim das raças. Portanto, cabe analisar ambas concepções a fim de compreender como surge o discurso racista.

Para Foucault, até a Idade Média, a história da sociedade era uma história de soberania, pois seus acontecimentos eram narrados para contar a vitória dos reis, a glória de um povo sobre o outro. A narrativa era unilateral, vinda apenas do Soberano, a fim de intensificar o poder através do discurso; era uma exposição de uma história jupiteriana. História essa que faz referência ao deus romano Júpiter, que tem duas faces: a da lei e a do deslumbre: “Por um lado, narrando a história dos reis, dos potentes e de suas vitórias, liga juridicamente os homens ao poder pela continuidade da lei; por outro lado, narrando exemplos e proezas, fascina e atrai” (ibidem) Portanto, o que regia a narrativa era essa dupla função da história jupiteriana, a do direito do poder e da intensificação de sua glória (CASTRO, 2004).

Para o filósofo, esse período histórico é compreendido através de três eixos: o da genealogia, o da memória e o do exemplo. O primeiro narra a história da ancestralidade, do vigor que aquele reino outrora fora; narrava o caráter sólido que aquele atual Soberano obtinha no presente, no passado e que poderia ter no futuro. O segundo focava em crônicas e no cotidiano, pois tudo o que o Rei fazia era por alguma razão nobre e brilhante, assim escrevendo suas decisões como leis para seus súditos e de obrigação para seus sucessores; tornando-se assim, memorável. O discurso coage e imobiliza os pequenos monumentos que vão deixá-los eternamente presentes. E por último, o exemplo, que estava lá para garantir que da lei fosse feita sua glória, representando o poder do Soberano se intensificando, em suma "vincular e deslumbrar, subjugar valorizando obrigações e intensificando o brilho da sua força" (FOUCAULT, 2010).

Foucault diz que: "A história é o discurso do poder, o discurso das obrigações pelas quais o poder se submete; é também o discurso do brilho pelo qual o poder fascina, aterroriza, imobiliza." (FOUCAULT, 2010, P. 58) Logo, o poder é fiador da ordem, que vincula e imobiliza, e a história é o discurso pelo qual se intensifica essas duas funções e as tornam eficazes (FOUCAULT, 2010). Sendo assim, a história jupiteriana, foi contada pelo menos até o final da Antiguidade, uma forma de narração que nunca foi rompida - os historiadores da idade média nunca viram uma ruptura da história romana com a sua - e que sempre se desenvolveu em função de fortalecer e manter uma soberania.

Doravante, a partir do século XVII, o discurso histórico não será mais um discurso de soberania, nem sequer da raça, mas das raças. É a primeira vez que surge uma anti história diante da narração romana que existia na antiguidade, e é aqui que começamos a ver uma separação entre povo e soberano. O desaparecimento dessa identificação começa a demonstrar que "a história de uns não é a história dos outros" (FOUCAULT, 2010, P. 59) e o triunfo de uns é a submissão de outros. Sendo assim, as conquistas e as glórias receberão outra perspectiva, a de repressão, dominação e opressão "em relação à história jupiteriana, o discurso da guerra de raças pode ser visto como uma contra-história; ela rompe a unidade da soberania e, sobretudo, obscurece sua glória." (CASTRO, 2004, P. 23)

O discurso das raças parte de uma escuridão, pois vem daqueles que estavam na sombra. Eles não têm ancestralidade, muito menos glória; são aqueles que não tinham direitos, portanto essa nova história surge como um apelo: “não temos atrás de nós, continuidade; não temos, atrás de nós, a grande e gloriosa genealogia que a lei e o poder se mostram em sua força e em seu brilho” (FOUCAULT, 2010, P. 59). Desse modo, a tomada da narrativa por aqueles que foram silenciados irá narrar as servidões, os exílios e a infelicidade de seus ancestrais, será uma história do povo, reivindicada e falada pelo e para o povo.

Por ser uma *contra-história*, isto é, uma história oposta à romana, a função de memória irá mudar totalmente nesse novo discurso histórico. Antes a memória era para garantir a manutenção da lei e o brilho do poder do soberano. Porém, agora ela viria a ser para desvendar algo escondido, que foi maldosamente enterrado e disfarçado. No fundo mostrar que o poder, as leis e os reis esconderam algo que nasceu das injustiças de batalha. Eles não queriam que soubessem que a vitória deles era a derrota de um povo, “portanto o papel da história passa a ser de mostrar que as leis enganam, que o poder ilude e que os historiadores mentem[...]” (FOUCAULT, 2010, P. 61). Assim, não será uma história de continuidade e sim de decifração, que se reapropria de um saber que foi afastado e de uma verdade selada. (FOUCAULT, 2010)

Para ele, essa história de luta das raças que apareceu nos séculos XVI-XVII, é uma *contra-história* em outro sentido. É mais simples e mais forte, pois ela está longe de ser um ritual de fortalecimento do poder, não apenas o critica, mas o ataca e reivindica ele. O poder é injusto porque não nos pertence.

Em certo sentido, pode se dizer que essa nova história, como a antiga, busca expressar o direito através das peripécias do tempo. Mas não se trata de estabelecer a grande, a longa jurisprudência de um poder que sempre conservou seus direitos, nem de mostrar que o poder está onde ele está e que sempre esteve onde está ainda. Trata-se de reivindicar direitos ignorados, ou seja, declarar guerra declarando direitos.(ibidem)

O discurso de cunho jupiteriano é pacificador, unificado e ininterrupto; justifica o poder e fundamenta a ordem. Já sua *contra-história*, o discurso das raças, é aquele de servidão sombria, de degradação, de decifração dos saberes escondidos e que declarava o direito e a guerra às leis.

Podemos dizer que quando começa o discurso das raças se acaba a Antiguidade, pois esse novo discurso serve como uma ruptura na história que dominava até o final da idade média, irão surgir novos povos e, por consequência, novas narrativas.

Cabe observar que é errado pensar no discurso da luta das raças como pertencente exclusivamente aos oprimidos, uma vez que, mesmo surgindo deles, ele foi se modificando e circulando. Portanto, através dele surgiram diversas narrativas como contra-história. Outra observação necessária é que por raça, Foucault entende:

Ele designa determinado corte histórico-político. Vai se falar de duas raças, por exemplo, quando há dois grupos que não têm a mesma origem local, nem a mesma língua, nem a mesma religião. Também se fala de duas raças quando no seio de uma sociedade coabitam dois grupos que não têm os mesmos costumes e os mesmos direitos. (CASTRO, 2004, P. 373)

Deste modo, a partir do choque dessas duas formas de história foi produzido campos e conteúdos de saber, assim podemos dizer que agora a sociedade não tem sua ciência histórica e sua fundação pautada na soberania. Mas sim nas revoluções e libertações futuras; vemos o discurso se tornar um objeto de disputa, com isso, quando se forma uma contra-história de tipo revolucionário irá também se formar uma contra-história da contra-história na forma que esmagará a dimensão histórica que estava presente nesse discurso.

O discurso Racista e o Racismo de Estado

O racismo moderno, para Foucault, irá ser introduzido nos discursos de raça a partir da necessidade de um Estado recuperar seu poder soberano. Na medida que surge uma contra-história de cunho revolucionário, será necessário surgir uma anti história a esse discurso revolucionário, e é aí que nasce o discurso racista. O Estado passa a ser protetor da integridade de uma raça perante outra, e o discurso racista é um dos principais recursos desse governo, sendo assim, vemos o discurso se tornando um objeto de disputa:

No momento em que esse discurso [...] estava se deslocando, ou se traduzindo, ou se convertendo num discurso revolucionário, em que a noção de luta das raças irá ser

substituída por aquela de luta de classes [...] no momento em que se faz essa conversão, era normal que, de outro lado, tentassem recodificar em termos não de luta de classes, mas de luta das raças. (FOUCAULT, 2010 P.67)

Vale salientar que esse novo discurso de luta das raças que irá surgir é no sentido biológico-médico e não o velho sentido de contra história que surgiu anteriormente.

Em tais transformações, aparecerá o racismo, quando o Estado se dará como missão proteger a integridade da raça superior, em sua pureza. No racismo de Estado, não é o poder no sentido jurídico da soberania o que funciona, mas o poder no sentido da norma, das técnicas médico-normalizadoras (CASTRO, 2004, P. 195)

O racismo vai deturpar a função do discurso da luta das raças e irá reciclar tanto a forma quanto o alvo. O Estado passa a ser o protetor da integridade de uma raça e não o instrumento de uma raça contra a outra, logo, quando a pureza da raça substitui a luta das raças é quando nasce o racismo, ou quando se está operando a mudança da contra-história em um racismo biológico.

“O racismo é, literalmente, o discurso revolucionário, mas pelo avesso.” (FOUCAULT, 2010, P. 68) Ora, se a arma contra a história romana foi o discurso das raças e da luta delas, o discurso da raça -no singular- foi a forma de um Estado conservador inverter a arma e contra-atacar utilizando-se de técnicas médico-normalizadoras. Agora teríamos a libertação sendo pureza, a lei sendo a norma, o jurídico sendo o biológico e as raças sendo a raça, e assim a soberania do Estado se apropriou do discurso das raças. (FOUCAULT, 2010)

No século XX, surgem duas novas transformações desse discurso racista: a nazista e a soviética.

A transformação nazi, que utiliza toda uma mitologia popular, dramática e, ao mesmo tempo, teatral, reimplanta o racismo biológico no discurso da guerra de raças e retoma, do discurso revolucionário, seu caráter profético e apocalíptico. A transformação soviética, que procede por outros caminhos, sem dramaturgia nem teatralização, mas de maneira sub-reptícia e 'científica'; e retoma o discurso revolucionário da luta de raças sob a forma de uma gestão policial que assegura a higiene da sociedade. (CASTRO, 2004, P. 377)

Portanto, temos os dois regimes se utilizando do racismo de Estado, o nazista que resgata a velha guerra de luta de raças e o soviético com o discurso da luta de classes. Para Foucault, foi

assim que um discurso que surgiu com viés revolucionário se tornou uma “prosa administrativa de um Estado que se protege em nome de um patrimônio social que deve ser guardado puro” (FOUCAULT, 2010, P. 70). Percebemos, então, que essas formas de história que carregam poder são sempre associadas a servidão e libertação, e são pautadas naqueles que querem revolução e os que têm medo dela.

O Estado, que tem como missão proteger a integridade da população e a pureza da raça, passa a utilizar-se de tecnologias do poder para exercer sua soberania. Para Foucault, o racismo é muito mais profundo do que uma antiga ideologia ou tradição, ele está ligado a uma técnica do poder. E como uma técnica, ele está ligado ao Estado, assim, o racismo moderno não irá aparecer como um instrumento de uma classe contra a outra, mas sim como uma estratégia global do Estado "uma estratégia que a sociedade exerce sobre si mesma em termos de purificação permanente e normalização social". (CASTRO, 2004, P. 377)

No último capítulo do livro *A vontade de saber*, primeiro volume da História da Sexualidade, Foucault diz que na segunda metade do século XIX, a temática do sangue foi convocada para sustentar com toda a sua força o tipo de poder político que se exerce através do dispositivo da sexualidade.

O sangue foi um dos elementos essenciais e característicos dos mecanismos do poder até final do século XVIII: diferenças de castas, linhagens, suplicios, etc. O poder fala e se manifesta através do sangue. Com a formação do dispositivo de sexualidade, os mecanismos do poder se dirigem para o corpo, para a vida, a progenitura, a população (CASTRO, 2004, P. 376).

Na análise foucaultiana, esses dois micropoderes convergiram e moldaram o racismo moderno, tal como o conhecemos em sua forma estatal e biológica.

Biopoder

O poder na época da realeza era um poder sobre a vida, um direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e da vida. O soberano detinha o poder sobre quem vive e quem morre, e o súdito não é nem vivo nem morto dentro dessa relação de poder: “O efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar” (FOUCAULT, 2010, P. 202) Portanto, o Soberano, por decidir quem pode viver e quem deve morrer, pode exercer seu poder sobre a vida, seu direito de espada.

Doravante, de acordo com Foucault, é no século XIX que surge um novo poder, ele se instaura nesse velho direito de soberania, o poder inverso, o de se fazer viver e deixar morrer: o *biopoder*. Esse *biopoder* tem dois pólos de micropoder: o disciplinar e o regulamentador, ele também “se mostra em sua dupla face: como poder sobre a vida (as políticas da vida biológica, entre elas as políticas da sexualidade) e como poder sobre a morte (o racismo).” (CASTRO, 2004, P. 57)

Essa mudança, para Foucault, não se deu de repente, mas foi algo que já era visto entre os juristas do século XVIII: “[...]quando os indivíduos se reúnem para constituir um soberano [...] o fazem porque estão premidos pelo perigo ou pela necessidade. Eles o fazem, por conseguinte, para proteger a vida. É para poder viver que constituem um soberano.” (FOUCAULT, 2010, P. 203)

Com a ineficácia da forma de poder que foi herdada da soberania sobre o corpo, seja de forma política seja social, foi necessário uma adaptação nos mecanismos pelos quais o poder se exerce. É aqui que surge o primeiro e mais fácil de se adaptar, o disciplinar - por isso foi o primeiro a surgir - e depois, você tem o segundo a surgir, que é regulamentador, ele é mais difícil de se adaptar, pois exige órgãos centralizadores e complexos de coordenação.

Em *vigiar e punir*, Foucault aponta que: "Os historiadores vêm abordando a história do corpo há muito tempo. [...] Mostraram até que ponto os processos históricos estavam implicados no que se poderia considerar a base puramente biológica da existência"(FOUCAULT, 2017 P. 29), contudo, através dele, o corpo se tornou objeto de estudo social, cuja as múltiplas relações de poder o constituem e o tornam agente do poder. "O corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso"(ibidem) assim, o corpo também se torna uma forma econômica através da punição.

Foucault, percebe que, após os séculos XVII e XVIII, há uma mudança da punição explícita para algo mais sutil, o Estado parou de supliciar, para vigiar as ações de seus cidadãos através de instituições e relatórios. O primeiro mecanismo, o disciplinar, centrou-se no corpo como máquina, adestramento e docilidade, arrancando o possível do corpo de modo econômico através dos sistemas de controle. (FOUCAULT, 2018)

Agindo "no corpo social, e não sobre o corpo social"(FOUCAULT, 2004, P. 74), a fim de manipular de forma calculada os elementos e gestos que compõem o como e onde do corpo humano. Para que assim se tornem seres submissos, o que Foucault chama de *corpos dóceis*; fazendo com que eles sejam fortes em termos de utilidade econômica e fracos nos termos de obediência política. Deste modo, esse controle e saber que constituem essa disciplina busca reger os homens os vigiando, os treinando, utilizando-os e eventualmente, os punindo.

Já o segundo mecanismo, o regulamentador, viria a surgir no final do século XVIII. Ele não se dirigiu ao homem-corpo, mas sim ao homem-espécie, agindo através de processos biológicos e controles regulamentadores que cuidam das taxas de natalidade e mortalidade dessa população. Essa nova tecnologia se mescla com a primeira: “Temos, pois, duas séries: a série corpo - organismo - disciplina - instituições; e a série população - processos biológicos - mecanismos regulamentadores - Estado.” (FOUCAULT, 2010, P. 210)

Foucault aponta que no século XVIII, as epidemias e as doenças que se espalharam, tomaram uma proporção tal que a morte não era mais algo que repentinamente matava a população, mas sim, algo que corroía e enfraquecia para depois matar. Por isso, a medicina teria ganhado uma função maior na higiene pública, com organismos de coordenação, de centralização da informação e de normalização do saber.

A medicina também passa a ter o papel na educação da higiene pública e a medicar a população. Sendo assim, ela cuida dos problemas de morbidade, natalidade e reprodução. “O outro campo de intervenção da biopolítica vai ser todo um conjunto de fenômenos dos quais uns são universais e outros são acidentais” (FOUCAULT, 2010, P. 205) Para o filósofo francês, é por intermédio desses fenômenos que a biopolítica irá introduzir suas instituições de assistências: os seguros, as poupanças etc.

Outro campo da intervenção da biopolítica vai ser o problema da cidade, os efeitos de seus meios, “os problemas, por exemplo, dos pântanos, das epidemias ligadas à existência dos pantanos...” (FOUCAULT, 2010, P. 206) Assim, o campo de intervenção desse poder é: natalidade, morbidade, incapacidade biológica e efeitos do meio.

A biopolítica lida com a população e não com o indivíduo, com esse quem lida é a disciplina, e população como problema de um só tempo político, científico, biológico e de poder. Podemos perceber que os fenômenos aleatórios irão surgir no plano coletivo, podem surgir no campo individual, porém ele se apresenta no coletivo. A sua duração, que pode ser considerada longa, são fenômenos de série, logo a biopolítica irá se dirigir em suma, aos acontecimentos aleatórios que ocorrem numa massa considerada em sua duração. (FOUCAULT, 2010)

Assim, os mecanismos do biopoder serão estatísticas e previsões. Será intervir no nível daquilo que é determinação global, por exemplo: uma epidemia. Trata-se de prolongar a vida, de baixar a morbidade e estimular a natalidade. “E trata-se sobretudo de estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média”(FOUCAULT, 2010, P. 207) Em suma, instalar mecanismos de previdência, que busca assegurar não a disciplina mas a regulamentação.

O enfraquecimento da ritualização da morte, desde o fim do séc. XVIII, que foi de grandes cerimônias com grande destaque, para algo que se esconde. Quase como o sexo em questão de tabu. Esta transformação, para Foucault, é devido à mudança de tecnologia do poder. A passagem antes, era algo que repassava o poder do soberano para o próximo, uma herança, últimas palavras, vontades etc. Logo, a morte era a transmissão do poder do moribundo para quem ainda vive, sendo assim, ritualizados. Com essa nova tecnologia, a de se fazer viver, a morte se torna o que há de mais privado, pois agora os mecanismos de regulamentação visa aumentar a longevidade; fazendo com que o poder deixe a morte de lado.

Com o tempo, ambas as tecnologias de poder adquirem uma dimensão estatal, tal como a polícia, que é um aparelho disciplinar e do Estado. Nós encontramos elas tanto no Estado quanto fora, elas ultrapassam ele ou são subestatais, como caixas de auxílio e instituições médicas. Nem

sempre esses dois mecanismos estão juntos, todavia, elas se convergem na medicina, quando um corpo é considerado degenerado.

Tomamos a sexualidade como exemplo, quando uma criança que se masturba muito é descoberta, ela será punida no campo da disciplina, isto é, como corpo individual doente para toda a vida e também no regulamentar, pois, ela é um devasso sexual que “infecta” a população. Assim, a conversão desses poderes faz com que a medicina ganhe um saber-poder, que incide ao mesmo tempo com o corpo e a população, esse elemento que circula entre um e outro é a *norma*: (FOUCAULT, 2010)

A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar [...] A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação (FOUCAULT, 2010, P. 213)

“Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida.” (FOUCAULT, 2018, P. 156) Deste modo, para Foucault, esta forma de poder totalizante e individual é a base do poder moderno:

[...] desde o começo, o Estado foi, ao mesmo tempo, individualizante e totalitário [...] Ao conseguir combinar esses dois jogos, o jogo da cidade e o cidadão e o jogo do pastor e do rebanho, no que chamamos de Estados modernos, nossas sociedades se revelaram verdadeiramente demoníacas (FOUCAULT *apud* CASTRO)

Mas como uma política de se “fazer viver” se torna uma que permite a morte em massa da sua população ? Bem, para Foucault, é aí que se insere o racismo, a partir da necessidade de matar. A primeira função do racismo, como uma tecnologia do poder, é fragmentar e dividir em raças a população. A segunda, para ele, é a relação guerreira: “se você quer viver, é preciso que você faça morrer, é preciso que você possa matar [...] para viver, é preciso que você massacre seus inimigos”. (FOUCAULT, 2010, P. 215)

A fim de que eu, enquanto espécie, viva em segurança, o “outro”, o anormal, precisa ser eliminado, pois será isso que deixará a minha vida mais sadia e mais pura. Logo, “ a raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização” (ibidem)

E isso só é possível por meio de uma sociedade normalizada, que é regida pelo biopoder. Portanto, “a função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo.” (ibidem)

Cabe mencionar, que Foucault entende por tirar a vida o assassinio direto e indireto:

O fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc [...] a partir daí, eu creio que [...] Pode-se compreender, primeiro, o vínculo que rapidamente [...] se estabeleceu entre a teoria biológica do século XIX e o discurso de poder. (FOUCAULT, 2010, P. 216)

O evolucionismo de Darwin se uniu ao discurso político. Aquele que há hierarquia entre as espécies, de luta pela vida e seleção natural no qual elimina os menos adaptados. Ele não só veste uma máscara científica no discurso político, mas também faz com que sejam pensadas as relações de colonização, as guerras, etc. “[...] cada vez que houve enfrentamento, condenação à morte, luta, risco de morte, foi na forma do evolucionismo que se foi forçado, literalmente, a pensá-los” (ibidem) assim, quando for necessário a morte na sociedade que exerce o biopoder é quando os temas de evolucionismo mediante um racismo irá surgir.

O racismo é primo de um genocídio colonizador. Ele assume uma função econômica da morte no biopoder, na medida em que o fortalecimento biológico da própria pessoa é requerido. O racismo para Foucault, na sociedade moderna não é mais no corpo social, tampouco é a velha tradição, pois “está ligado à técnica do poder, à tecnologia do poder... num mecanismo que permite ao biopoder exercer-se” (FOUCAULT, 2010, P. 217).

Os estados que mais matam, são justamente os mais racistas. Foucault se utiliza do nazismo como seu principal exemplo, para ele não há uma sociedade que demonstre mais os mecanismos disciplinares e regulamentadores que ela: “poder disciplinar, biopoder: tudo isso percorreu, sustentou a muque nazista [...] não há sociedade a um só tempo mais disciplinar e mais previdenciária que do que a que foi implantada ... pelos nazistas.” (FOUCAULT, 2010, P. 218) Ora, qualquer cidadão podia matar, bastava denunciar um judeu que automaticamente ele estava morto. Assim, mostrando que o racismo havia superado o Estado e se tornado algo que a própria sociedade aplicava sobre si mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se analisar de forma mais aprofundada ambas as aulas do curso, podemos perceber que o racismo é a base, senão a base, o fio condutor de ambos os mecanismos de poder comentados pelo filósofo. Quando pensamos em racismo como uma tecnologia de poder, por uma perspectiva foucaultiana, é imprescindível relacionar discurso racista e biopoder, ambos estão se relacionando entre si.

O biopoder, como aponta o filósofo, só pode ser exercido se estiver de mãos dadas com o racismo, é uma forma de poder indispensável para o desenvolvimento de uma sociedade de normalização, que opera como fator de segregação e hierarquização social, agindo entre uns e outros, garantindo efeitos de dominação e hegemonia. (Foucault, 2018).

Quando analisamos os dois pólos do discurso de raças, é possível perceber um reflexo na nossa sociedade atual, uma vez que há uma disputa, uma tensão entre uma história de cunho revolucionário e uma conservadora. Podemos ver que, para Foucault, o discurso racista ganhou margem na modernidade abrindo espaço para um fortalecimento de uma sociedade disciplinar e regulamentadora. Quando buscamos compreender o Estado nazista, que para o filósofo foi o suprassumo de uma sociedade regulamentadora e disciplinar, é inegável o uso do discurso racista como um dos grandes pilares de fortalecimento do governo.

Portanto, quando se trata de uma sociedade normalizadora, isto é, que exerce o poder disciplinar e regulamentar, é inevitável não pensar em racismo, pois é ele que agindo como um mecanismo mantém o poder de um Estado soberano. Ao observar a forma que os discursos de raça foram formados na modernidade, a raça se torna uma forma de fragmentar a sociedade e retomar a relação de guerra, relação essa que é perpetuada pela contra-história, mais precisamente, através do discurso racista, assim essa questão não seria apenas biológica mas também política e social, pois “A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização” (Foucault, 2010, pg 215)

Sendo assim, ao se pensar em uma sociedade que exerce o biopoder é necessário também entender a contra-história e o discurso racista, pois são eles em conjunto que intensificam uma política que permite a morte, um poder que está em *relay* mas que também se mostra em um estado que age como soberano, a partir de uma sociedade de normas, cujo único objetivo é conservar sua soberania.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Edgardo, Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores/ Edgardo Castro; tradução Ingrid Müller Xavier; revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2009.

FOUCAULT, Michel; Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976); tradução Maria Ermantina Galvão. - 2ª.ed.- São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel; História da Sexualidade 1: A vontade de saber; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. - 7ª ed. - Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2018.

FOUCAULT, Michel Vigiar e punir; nascimento da prisão; trad. Raquel Ramalhete. ed. Petrópolis, RJ Vozes, 2014.